

**As relações de crédito nas freguesias de Mariana e Guarapiranga no período de
1820-1840**

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Mestrando em História pela UFMG

Resumo

Em uma sociedade na qual o meio circulante (papel moeda ou ouro) era escasso, era necessário um mecanismo que garantisse a manutenção das dívidas, que honrasse os compromissos das negociações. Dessa forma, a palavra aparece como uma forma de garantia que essas dívidas fossem pagas. Nesse momento vemos as relações de crédito se fortalecer. Nesse artigo, serão discutidos os conceitos de crédito e como este se constituía na primeira metade do século XIX. Também será analisada como funcionava a economia da província de Minas Gerais. Por fim será feita uma análise de fontes, demonstrando como funcionavam essas relações creditícias a partir das dívidas ativas e passivas presentes nos inventários post-mortem das localidades em estudo.

A economia mineira e as relações de crédito.

A sociedade mineira se consolidou graças à exploração do ouro de pedras preciosas. A decadência da mineração, conseqüentemente acarretaria na decadência econômica da capitania de Minas Gerais.

Esse é o pensamento da grande maioria das pessoas que não possuem um conhecimento acerca da economia mineira do século XVIII e XIX. A capitania de Minas Gerais possuía uma economia diversificada. Dividida em quatro comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio, cada uma dessas apresentava um mercado com produtos específicos, não dependendo das outras para se sustentarem.

De acordo com Marco Antonio Silveira, Minas não era uma capitania voltada somente à exportação de ouro. Na realidade, a economia aurífera coexistiu com o comércio, agricultura, ofícios. Estas atividades se complementavam e davam suporte ao desenvolvimento umas das outras.

A economia de Minas apresentou um elevado grau de complexidade. Foram desenvolvidas atividades voltadas ao comércio interno para absorver tanto a mão-de-obra escrava, quanto à livre. E também atividades voltadas ao mercado externo, controladas por pouco homens ricos e brancos.

A mineração estava longe de ser hegemônica no emprego da população. Pelo contrário, ela aparece em terceiro lugar em Vila Rica, atrás de ocupações comerciais e de ofícios; nas freguesias cai para quarto lugar, perdendo ainda para o trabalho da roça. De maneira geral [as pessoas] dedicavam-se aos mais variados ofícios e atividades ligadas ao comércio. Se se acrescentarem os roceiros, atinge-se um total de 63,5% de ocupações voltadas a um mercado local contra 15,2% das vinculadas à exploração aurífera (SILVEIRA, 1997, p.89).

O historiador Tarcísio Botelho, apresenta argumentos semelhantes ao de Silveira. Este diz que durante a segunda metade do século XVIII, a queda da produção aurífera atingiu toda a região da capitania. Mas, antes disso acontecer a economia já estava se diversificando, com a presença da agricultura voltada à exploração da cana-de-açúcar e do milho.

A historiografia sobre a economia mineira setecentista é muito vasta e para compreendermos sua evolução é necessário uma pequena explanação.

Celso Furtado e Roberto Simonsen foram os primeiros a estudarem a economia mineira. Estes defendiam que o declínio da mineração colocou toda a região Centro-Sul em decadência, uma vez que a capitania mineira não possuía uma economia de subsistência capaz de produzir excedentes a serem vendidos no mercado externo (FURTADO, 2010).

A historiadora Mafalda Zemella dialoga com Furtado e Simonsen, no entanto apresenta algumas novidades em suas análises. Ela afirma que as atividades voltadas ao mercado interno em Minas Gerais são insignificantes e que essas atividades de subsistência só eram desenvolvidas quando necessárias. No entanto, com a crise do ouro, se fosse necessário, se desenvolveria uma economia auto-sustentável, sem a necessidade de comprar gêneros primários das demais províncias (ZAMELLA, 2010).

Wilson Cano ressaltava a insignificância da agricultura em Minas devido ao baixo potencial de acumulação de capital que essa atividade proporciona. Assim, a capitania não conseguiria se manter desenvolvendo essa atividade.

Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender contrapõe um pouco aquilo que os autores anteriormente citados. Os dois analisam as particularidades internas de Minas Gerais e não somente aquelas vinculadas ao mercado externo. Cardoso desenvolve o conceito de modo de produção escravista para explicar a sociedade colonial como um todo. Se apropriando desse conceito, Gorender desenvolveu uma teoria que definia as leis de funcionamento desse modo de produção, chamado de economia política do sistema escravista colonial (GORENDER, 2010, p.32). Segundo Carla Maria Carvalho de Almeida, esses dois escritores são fundamentais à historiografia mineira, uma vez que reconhecem a existência de um mercado interno.

O brasilianista Kenneth Maxwell que afirmava que a queda da mineração não afetaria a província como um todo, mas só alguns setores da sociedade. Alcir Lenharo foi outro autor a analisar o comércio interno dentro de Minas Gerais, ao mostrar a importância do setor mercantil de subsistência da província. O autor demonstra a existência de uma forte agropecuária na região Sul. Esse comércio foi importante para a formação de uma classe de proprietários rurais (MAXWELL, 2010).

Almeida critica toda essa historiografia anteriormente citada, uma vez que ela acredita que a economia mineira deve ser analisada separadamente, e não como uma economia única.

As comarcas ao longo do século XVIII e XIX sofreram intensas modificações econômicas e populacionais, devido à queda da mineração na capitania. Nesse período, a agricultura supera a mineração.

A autora demonstra que entre os anos de 1767-1776 ocorreu um crescimento populacional em todas as comarcas mineiras, no entanto as comarcas de Rio das Mortes e Rio das Velhas tiveram maior crescimento enquanto a de Vila Rica teve o menor crescimento. É sabido que a economia de Vila Rica era pautada na mineração, enquanto as outras duas eram voltadas à agropecuária.

Além do aumento populacional, outro fator observado foi a distribuição da população escrava. O trabalho nas lavras demandava uma grande quantidade de escravos. Com a decadência da mineração, essa mão-de-obra ficou ociosa. Então nas regiões onde a agropecuária começava a ganhar força e necessitava de pessoas para trabalharem, Almeida mostra que as comarcas especializadas nesse setor da economia tiveram o maior crescimento de população escrava. O aumento da população escrava, acarretou em uma mercantilização da economia, uma vez que quanto maior a abundância de mão-de-obra, maior a capacidade em se diversificar a produção.

Mas para a existência de um mercado interno e externo é necessária a existência de pessoas que comercializavam esses produtos. Quem eram esses comerciantes? Como funcionava o mercado de produtos na capitania de Minas Gerais?

De acordo com Renato Pinto Venâncio e Júnia Ferreira Furtado,

As atividades mercantis formavam intrincadas redes e tinham por objetivo garantir a ascensão social de determinados grupos da sociedade colonial. Em certo sentido, pode-se até mesmo afirmar, tendo em vista que a escolha dos agentes dos grandes comerciantes orientava-se em função de alianças familiares e clientelistas, que tais empreendimentos nem sempre pautavam por regras pessoais de eficácia e lucratividade (VENÂNCIO, 2000, p. 95).

O comércio era muito importante à colônia, uma vez que este garantia o abastecimento de produtos necessário à subsistência da população mineira, assim como também garantia a circulação de riquezas, segundo afirma Furtado e Venâncio.

A classe de comerciantes era bastante heterogênea, se dividindo em três categorias: homens brancos, geralmente portugueses, homens brancos brasileiros e negros forros e escravos.

Os comerciantes brancos e portugueses dominavam os negócios de grosso trato, ou seja, comércio de mercadorias que envolviam elevadas quantias de dinheiro, operando em várias regiões do país. Segundo Venâncio, o mundo desse comércio formava redes de contatos que interligavam várias regiões do Império. Esses comerciantes de grosso trato eram a ligação dos grandes centros comerciais nacionais e internacionais com o interior do país. “Os atacadistas adiantavam estoques e emprestavam dinheiro para outros comerciantes, criando laços de endividamento que começavam no Reino e se reproduziam até o consumidor colonial”(Ibidem, p.100).

Os comerciantes brancos brasileiros compunham o grande comércio volante. Estes percorriam vastas distancias do território brasileiro, levando os produtos em lombos de mula. Estes eram a ligação concreta entre o urbano e o rural. Geralmente, estes homens trabalhavam para os comerciantes de grosso trato.

Estes comerciantes podiam ser “tratantes”, “comboeiros”, “condutores ou tropeiros” ou “mercadores volantes”.

Os tratantes eram aqueles que, segundo Furtado e Venâncio, tratam ou fazem negócios. Geralmente trabalhavam por comissão, trabalhavam cobrando dívidas e levando carregamentos. Sua figura era a mais vinculada ao comerciante de grosso trato, uma vez que os grandes comerciantes não percorriam grandes distâncias para venderem seus produtos. Furtado afirma que:

Ser tratante não era fácil, pois demandava tempo e risco. O índice de assassinatos não era pequeno, pois muitos não queriam acertar os débitos. [...] Outro temor desses comerciantes era de não estarem sob a proteção de alguma instituição na hora de sua morte, que lhes permitisse os ritos necessários à elevação da alma. A vida nos caminhos da Colônia era perigosa (Ibidem, p. 101).

Os comboeiros eram aqueles que se dedicavam ao transporte de escravos, mas isso não impedia que transportassem mercadorias. Os condutores ou tropeiros, eram os responsáveis por trazer bois, vacas, cavalos, caprinos do Sul do país. “Estavam a serviço dos grandes comerciantes de carne, ou dos próprios fazendeiros, como também dos contratadores de impostos sobre o comércio de gado” (Ibidem, p. 102). Os mercadores

volantes por sua vez, eram dependentes dos negociantes de grosso trato, geralmente envolvidos em uma rede de créditos e dívidas que dificilmente eram rompidos, segundo demonstra Venâncio e Furtado.

No pequeno comércio volante a presença do escravo de ganho (negros que circulavam pelas cidades vendendo produtos, como bebidas, comidas, mercadorias em geral para seus senhores) se fazia predominante. Nesse comércio, contrariando a tradição da sociedade patriarcal brasileira, a presença da mulher se fazia predominante. E não eram somente escravas que estavam nesse tipo de comércio. Mulheres livres, proprietárias de escravos ou não também podiam ser encontradas. Venâncio e Furtado afirmam que:

O pequeno comércio freqüentemente era dominado por mulheres de origem humilde. Os homens, obviamente, não estavam ausentes dessas atividades, mas nela ocupavam uma posição secundária. A passagem do “grande” comércio, para o “pequeno” significava, nesse sentido, o deslocamento do mundo masculino para o feminino (*Ibidem*, p.104).

Mas como funcionava uma sociedade em que o comércio era tão ativo, como foi visto anteriormente, e praticamente não existia papel moeda? Segundo Silveira,

A expansão do sistema de crédito deve ser compreendida como resultado da carência e inconstância do ouro em pó como moeda. A instabilidade social, nesse quadro, acentuava-se ao mesmo tempo em que avançava uma conflituosa situação de interdependência; todos tinham o que pagar e receber. A tendência para a acumulação de riqueza só vinha a gerar mais tensão em um contexto desigual e contraditório (SILVEIRA, *op. cit.*, p.99).

Ao longo de todo o período colonial e imperial, o sistema de crédito foi vigente no Brasil. Como foi dito anteriormente, devido à inexistência de papel moeda e da baixa disponibilidade de ouro em pó o poder da palavra se fazia predominante. Esta funcionava como moeda circulante, reconhecida institucional e legislativamente, estando vinculada à noção de confiança entre as duas partes. Segundo Magnus Pereira e Joacir Navarro,

As relações de haver e dever extrapolavam a documentação judiciária, haja vista que é de se supor que a maioria dos empréstimos era saldada sem interveniência judicial. [...] Como notou Raphael Santos, muitos créditos podiam ser concedidos tendo como garantia apenas a palavra dada, pois na época, o termo “crédito” vinculava-se à noção de “confiança.” (PEREIRA, 2010, p.108)

Nesse contexto surgem as relações de crédito. Essas relações formavam uma infinidade de redes de dívidas, que se ramificavam por toda extensão do território nacional. Fernand Braudel argumenta que desde meados do século XVI esse sistema era

utilizado por mercadores do norte da Europa para controlar o comércio transatlântico, adiantando mercadorias aos portos ibéricos (BRAUDEL, *apud* PEREIRA, *op. cit.*, p.106).

As dívidas eram formalizadas de duas formas distintas: através do reconhecimento de sinal, ou seja, “o credor comparecia perante o juiz e requeria a presença do devedor para que reconhecesse o sinal ou assinar em crédito escrito para legitimar a dívida”; ou a partir de ações da alma, ou seja, “devedor jurava por sua alma se devia ou não determinada quantia”.¹ Essas ações não eram exclusividades dos comerciantes. Pessoas ricas ou pobres, brancas ou negras podiam se relacionar através dessa relação, que não tinha respaldo judicial dependendo apenas da honra do credor.

As redes de crédito, muitas vezes se firmavam entre parentes próximos, ou amigos. Essa relação creditícia servia como uma espécie de ajuda, voltadas para o estabelecimento de relações que não visavam o lucro, segundo argumenta Manoela Pedroza.

[...] Alguns homens concediam créditos a vizinhos e parentes, no troca-troca cotidiano que envolvia relações de amizade e ajuda mútua, em redes que podiam sobrepor parentela, produção e negócios. [...] Nas sociedades rurais, são as relações de dívidas, traduzidas em relações de crédito, fundadas em laços de parentesco, e com natureza de obrigações, que constituem as redes de clientela, operantes por vínculos de dependência pessoal. (PEDROZA, *op.cit.*, p.263)

Análise quantitativa dos dados: características do sistema de crédito na comarca de Vila Rica no século XIX.

Para a realização desse trabalho, foram selecionados dez inventários do período de 1822 a 1844, todos da comarca de Vila Rica, Minas Gerais. Antes de fazer uma análise destes, é necessário o entendimento do que é um inventario.

Os inventários post-mortem são fontes muito ricas para se analisar um pouco sobre a vida das pessoas. Nos inventários, principalmente, os dos séculos XVII, XVIII e XIX encontramos registrados todos os bens do falecido, desde um pé de meia, até seus escravos, animais, propriedades. Também encontramos todas as dívidas e os créditos que essa pessoa possuía. Dessa forma, é possível fazer uma reconstrução das atividades

¹ Ibidem. P. 108

econômicas do falecido, assim como entender como esta pessoa se relacionava com as demais tanto de sua freguesia, como também das demais.

Além dos inventários também serão analisadas escrituras de créditos localizados nos cartórios de Piranga. Esses inventários se encontram no fórum de Piranga e na casa Setecentista de Mariana. Mas uma grande parte deste já foram digitalizados pelo projeto Redes Sociais, Sucessão e Herança em Guarapiranga, 1780-1880, coordenado pelo prof. Fábio Faria Mendes e conta com aproximadamente 1200 inventários.

Estes documentos são uma importante fonte para se entender a realidade da elite de uma determinada região. Segundo Aline Sônego, somente os mais abastados tinham condições de fazerem seus inventários, uma vez que, era gasto um valor significativo. (SÔNEGO, 2010)

Os inventários possuíam uma estrutura, relativamente fixa, apresentando: autos do inventário; título dos herdeiros; nomeação dos louvados; juramento ao louvado; descrição dos bens; juntada; cópia do testamento; autos de partilha.

No entanto, para a elaboração desse trabalho, foi feita uma seleção aleatória de documentos no período de 1820-1840. Não houve uma seleção de acordo com a freguesia, com a família dos inventariantes. O objetivo era tentar criar uma rede de crédito, na qual um nome estivesse ligado a vários outros. No entanto, devido a essa metodologia escolhida, não foi possível estabelecer uma rede. Dessa forma, analisarei alguns elementos semelhantes entre estes inventários.

Dos dez inventários analisados para esse trabalho, 02 foram feitos na freguesia de Piranga, 02 na freguesia de Guarapiranga, 01 na freguesia de Calambal e 05 na cidade de Mariana. Todas essas freguesias pertenciam à cidade de Mariana Na tabela nº 1, é descrito o nome do falecido e a freguesia/cidade na qual seu inventário foi feito.

Tabela 1: nome do falecido e a freguesia/cidade do inventário

Nome do falecido	Freguesia/Cidade
Jose Justiniano Carneiro	Guarapiranga
Anacleto Gonçalves da Cunha	Calambau
Umbelina Crescencia do Amor Divino	Piranga
Antonio Jose Gonçalves Bastos	Mariana
Antonio Alves Moreira	Guarapiranga
Manuel Dias dos Anjos	Guarapiranga
Joana Maria de São Jose	Mariana*
Joao Alves da Silva	Mariana*
Joao Nepomuceno Carneiro	Piranga
Antonio Goncalves Heleno	Mariana*

Segundo Silveira,

muitos credores, ocupados em diferentes atividades, eram homens de patentes: tenentes, capitães, coronéis. [...] A recorrência desses tipos, coaduna-se com o perfil dominante: era branco, tinha título, dirigia negócio, dedicava-se a algum cargo público e por vezes, dispunha de terras e de minas. (SILVEIRA, *op.cit.*, p. 100)

Analisando os inventários, observa-se que seis destes possuíam títulos. 2 eram alferes, 1 era coronel, 1 era tenente e 1 era padre. Uma das mulheres era esposa de um sargento mor. Essas observações endossam o argumento Marco Antonio da Silveira.

Tabela 2- Nome do Falecido e Patente

Nome do Falecido	Patente
Jose Justiniano Carneiro	Coronel
Umbelina Crescencia do Amor Divino	Esposa do Sargento Mor
Antonio Jose Gonçalves Bastos	Tenente
Antonio Alves Moreira	Alferes
Joao Alves da Silva	Alferes
Joao Nepomuceno Carneiro	Padre
Antonio Goncalves Heleno	Alferes

Diferentemente do que alguns possam pensar um número menor de devedores não implica, necessariamente, em um montante menor e, quanto maior o número de devedores não implica, necessariamente, em um montante maior. É possível observar isso na tabela 3. Umbelina Crescencia do Amor divino possui apenas 11 devedores e tem que receber uma quantia de 1.811.350 reais, enquanto Manuel Dias dos Anjos possui 36 devedores e tem que receber uma quantia de 1.317.655

Tabela 3- Credor, número de devedores e quantia total.

Credor	Número de Devedores	Quantia em réis
José Justiniano Carneiro	23	24.253.555
Anacleto Gonçalves da Cunha	04	122.000
Umbelina Crescencia do Amor Divino	11	1.811.350
Antonio Jose Gonçalves Bastos	03	568.528
Antonio Alves Moreira	06	225.095
Manuel Dias dos Anjos	36	1.317.655
Joana Maria de São Jose	02	250.000
Joao Alves da Silva	03	682.540
Joao Nepomuceno Carneiro	10	1.182.067
Antonio Goncalves Heleno	41	4.649.952
Total	139	-

Assim como os credores eram homens de patentes, os devedores, muitas vezes também o eram. Dos 139 nomes levantados para a realização desse trabalho, 35 pessoas, 25% do total possuíam algum título. Na tabela 4 observamos quais eram esses títulos e sua frequência.

Tabela 4- Título e frequência.

Título	Frequência
Capitão	13
Alferes	06
Tenente	05
Padre	04
Guarda Mor	03
Sargento Mor	02
Reverendo Doutor	01
Porta Estandarte	01
Total	35

As dívidas poderiam se dividir de algumas formas: crédito, rol, carta, livro, obrigação. Não se sabe ao certo o que cada uma significa. Mas ao se analisar os inventários observam-se que em frente ao nome de cada credor aparece o tipo de dívida que este possui. Por exemplo, no inventário do Alferes Antonio Gonçalves Heleno, João Dias da Luz deve em rol 3.120 reis, enquanto Antonio Rodrigues dos Santos deve por crédito 2.850 reis.

Na tabela 4, são listadas as formas de dívidas dessas pessoas e a frequência com as quais essas aparecem nos inventários. Dos 139 nomes listados, 53 (38%) devem por crédito; 42 (30%) em rol; 33 (23%) não foram especificadas o tipo de dívida; 08 (05%) em livro; e somente 01 (0.7%) deve por obrigação. Como se pode observar, o tipo de dívida mais freqüente era o crédito.

Tabela 5- Tipo de dívida e sua frequência nos inventários.

Tipo de dívida	Frequência
Crédito	53
Rol	42
Não especificado	33
Livro	08
Carta	02

Obrigação	01
Total	139

Conclusões.

Como se pode observar, as rela es cr dicas foram uma forma muito recorrente de endividamento na sociedade mineira. Para a realiza o desse trabalho, foram analisados 27 inventários e desses 10 possuíam alguma rela o cr dica, ou seja, 37%.

Os grandes credores, normalmente, eram pessoas influentes, tanto em sua freguesia/cidade, quanto fora da província. Podiam possuir algum título ou patente. Dos inventários analisados pode-se inferir que o Coronel Justiniano Carneiro era o que mais possuía bens e que detinha mais poder, uma vez que suas dívidas somam em 24.253.555 réis e que Anacleto Gonçalves da Cunha era aquele que possuía o menor montante a ser recebido 122.000 réis.

Como dito anteriormente, devido   escolha alheator ia dos inventários, não foi possível estabelecer uma rede de créditos, dentro e entre uma freguesia, cidade, comarca e capit nias. Também não foi possível analisar quem eram as pessoas mais influentes de uma determinada região, e como esta se relacionava com as demais.

Fontes:

- Inventários post-mortem da Cidade de Mariana no período de 1822 a 1840.

Bibliografia:

- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: forma o do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produ o e hierarquiza o social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentum. 2010.
- BOTELHO, Tarcisio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: Resende, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica 2007.

- BRETTELL, Caroline B. “Moral economy or political economy? Property and credit markets in 19th century rural Portugal. In: *Journal of Historical Sociology*. Vol 12. Nº 1. March 1999.
- ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. O endividamento em Minas colonial: estratégias sócio-econômicas cotidianas em Vila-Rica no decorrer do século XVIII.
- FURTADO, J. F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999
- LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas nas Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: Resende, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica 2007.
- _____ . *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense 1988.
- MENDES, F. F. “Família, História e Redes Sociais”. In: Botelho T. R. & van Leeuwen, Marco H.D. (orgs.) *Desigualdade e Mobilidade Social em Perspectiva Histórica*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. (no prelo)
- MULDREW, Craig. Interpreting the market: the ethics of credit and community relations in early modern England. In: *European Research Conferences*. 1993.
- PEDROZA, Manoela “Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). In: *Revista Varia História*. Belo Horizonte, vol. 26, nº 43. 2010.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & BORGES, Joacir Navarro. “Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII”. In: *Revista de História* 162. 2010.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SÔNEGO, Aline. “Um olhar sobre as fontes: cartas de alforria e inventários post-mortem na pesquisa das décadas finais da escravidão em Cachoeira do Sul-RS”. Disponível em <http://www.eeh2010.anpuh.org.br/resources/anais/9/1278253347_ARQUIVO_Artigoeehanpuhanais.pdf>. Acessado em 27/11/2011.

- VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del (org.). *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000